

## **BOLETIM 296**

**Brasília, 15 de fevereiro de 2017**



## **Relator diz que entregará parecer sobre reforma da Previdência em um mês**

O relator da comissão especial que analisa a reforma da Previdência na Câmara, deputado Arthur Maia (PPS-BA), disse nesta terça-feira (14), na abertura dos trabalhos, que deve entregar seu relatório sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287 no dia 16 de março, daqui a cerca de um mês.

A partir da apresentação de seu parecer, segundo Maia, os debates serão aprofundados para a votação do texto pela comissão.

Pelo cronograma de trabalho apresentado pelo relator nesta tarde, a comissão especial fará nove audiências públicas sobre temas ligados à reforma do sistema previdenciário. A primeira está marcada para amanhã (15), com participação do secretário da Previdência, Marcelo Caetano.

A oitava audiência, prevista para o dia 14 de março, será um seminário internacional, com representantes do governo brasileiro e da Organização Ibero-americana de Seguridade Social, do Banco Mundial, da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), além do economista Fabio Giambiagi, especialista em Previdência.

A última audiência, no dia 15 de março, será destinada à discussão de aposentadoria especial de policiais e professores.

*Fonte: Agência Brasil*

## **Comissão aprova 63 requerimentos de audiência**

*Primeira audiência será nesta quarta-feira, com o secretário de Previdência do Ministério da Fazenda*

Os deputados da Comissão Especial da Reforma da Previdência (PEC 287/16) aprovaram, nesta terça-feira (14), 63 requerimentos com sugestões de nomes para a realização de audiências públicas.

Cada requerimento tem vários convidados, o que deve modificar o plano de trabalho proposto pelo relator, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), que pretendia apresentar seu parecer no dia 16 de março, após a realização de oito audiências e um seminário internacional.

Nesta quarta-feira (15), a comissão fará sua primeira audiência, com o secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano. O evento ocorrerá no plenário 1, a partir das 14 horas.



**Negociação** - Maia apresentou um plano onde as audiências eram divididas por temas. Mas aceitou reavaliar tudo de acordo com os requerimentos apresentados. Ele explicou, porém, que acha mais interessante ter mais tempo para negociar o texto final.

"As negociações, os acordos, os impedimentos, a construção de alternativas legislativas se dá em reuniões até fora da comissão; onde nós nos reunimos para tentar construir um texto que represente uma linha média", observou o parlamentar. "Eu penso que resguardar tempo para esse acordo é mais importante do que nós estendermos aqui para 30, 40 audiências públicas."

**Sub-relatorias rejeitadas** - O deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) tentou incluir na pauta um requerimento para criar quatro sub-relatorias que, segundo ele, ajudariam o relator a lidar com temas polêmicos como o sistema geral de Previdência, o sistema dos servidores públicos, as receitas e despesas, e a assistência social.

"Então nosso temor é que se nós não pesquisarmos dados, informações nestas quatro áreas básicas, nós corremos o risco, de um lado, de agravar a situação dos mais pobres, e de eventualmente nós protegermos aqueles que, de fato, nem precisariam de tanta proteção", explicou Chinaglia.

**Seminários rejeitados** - Também foi rejeitada a inclusão de uma proposta para a realização de cinco seminários nos estados para tratar das diferenças regionais na concessão de aposentadorias. Mas alguns parlamentares da base do governo afirmaram que isso pode ser avaliado em Brasília, economizando recursos.

O deputado Major Olímpio (SD-SP) criticou: "Eu acho bisonho se falar de quais serão os custos para isso. Qual vai ser o custo para o nosso País de

medidas intempestivas que estão querendo tomar? Parece que estão querendo tocar fogo no País de vez mesmo. O que acontece no Espírito Santo vai acabar ecoando para o País todo no momento que sair arrebatando a Previdência nos setores público e privado".

*Fonte: Agência Câmara*

## **Paim quer criar uma CPI para examinar as contas da Previdência**

O senador Paulo Paim (PT-RS) está coletando assinaturas para criar uma CPI da Previdência Social. O objetivo é fazer um levantamento detalhado de toda contabilidade do Sistema de Seguridade Social para verificar se são verdadeiras as informações prestadas pelo governo de que a Previdência Social é deficitária. O senador sempre sustentou que o Orçamento da Seguridade Social é superavitário. Ele desafia o governo a aceitar a realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar com profundidade as contas da Previdência Social e pergunta: "Quem tem medo de CPI? Eu não tenho."

*Fonte: Agência Senado*

## Relator da Reforma trabalhista promete parecer até 4 de maio

O relator da Reforma Trabalhista (PL 6787/16), deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), anunciou nesta terça-feira (14), na comissão especial que discute o projeto na Câmara, que seu parecer será apresentado até 4 de maio. Durante o encontro do colegiado, parlamentares se revezaram em crítica e defesa em relação à reforma.

Marinho apresentou cronograma de trabalho em que sugere 11 audiências públicas. A primeira ocorre na quinta-feira (16) para ouvir o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, e o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Filho. Ao longo dos trabalhos, serão ouvidos representantes de entidades sindicais, associações de classe e do Ministério Público do Trabalho (MPT), entre outros.

Os deputados da oposição criticaram o item do texto que determina a prevalência dos acordos firmados coletivamente sobre o que diz a legislação. Já os apoiadores do governo rebateram que a reforma é necessária para agilizar as negociações trabalhistas e diminuir o peso da burocracia no setor.

O deputado Glauber Braga (RJ), falando pela liderança do Psol, disse que o relatório já traz erro ao manter a prevalência dos acordos coletivos sobre a lei. "Essa matéria vai retirar direitos dos brasileiros historicamente conquistados", ressaltou. O trabalhador, acrescentou Braga, "vai ter de contribuir por 49 anos para ter acesso à



aposentadoria integral e, além disso, ele necessariamente vai ter, por meio da livre negociação, os seus direitos jogados na lata do lixo."

O relator disse que vai manter em seu parecer a prevalência do negociado, mas fez a ressalva de que a iniciativa poderá ser usada por períodos determinados, para solucionar dissídios em contexto de crise.

O deputado Chico Alencar (Psol-RJ) disse que o Poder Executivo não tem autoridade política para propor flexibilização das leis trabalhistas, já que a proposta não consta de programa de governo elaborado por presidente eleito. "Num momento em que há 12 milhões de trabalhadores desempregados, é extremamente prejudicial precarizar ainda mais essa relação", disse. Alencar afirmou que o texto não "fala de trabalhadores e de direitos, apenas de criar dinâmica empresarial mais saudável".

Para Helder Salomão (PT-ES), a reforma faz desmonte das leis trabalhistas, sem prevê ampliação do número de postos de trabalho. "Queremos geração de emprego, mas não vai ser essa reforma sem crédito para pequenos negócios e agricultura familiar que vai revitalizar a economia."

**Fim do direito do trabalho** - A prevalência do acordado nas negociações trabalhistas é considerada pelo deputado Patrus Ananias (PT-MG) como "o fim do direito do trabalho no País". Segundo Ananias, a lei serve como garantia para os trabalhadores, que são a parte mais vulnerável nas relações de emprego. "O direito do trabalho vai ser demolido em poucos meses", disse.

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) elogiou o cronograma de trabalhos, mas reforçou suas críticas ao projeto. "Foram anos a fio para que os trabalhadores conseguissem vitória contra o trabalho escravo, e esse projeto aumenta consideravelmente a carga horária e prevê uma flexibilização que fere os direitos já adquiridos."

**Recuperação econômica** - O deputado Fábio Garcia (PSB-MT) disse apoiar a necessidade de modernizar as leis, que são da década de 70. "Nossa obrigação é rever as relações [de trabalho] para estimular o emprego, para que as empresas possam empregar e ajudar na recuperação econômica", argumentou.

Também em defesa da reforma, o deputado Vitor Lippi (PSDB-SP) afirmou que a proposta vai reduzir o volume de ações trabalhistas na Justiça brasileira, que ele estima ser 40 vezes maior do que nos países desenvolvidos. De acordo com Lippi, as ações trabalhistas crescem 20% ao ano. "Isso faz com que o custo do Brasil seja mais alto", criticou.

*Fonte: Agência Câmara*



**Em alerta o movimento sindical**

## **Governo quer votar terceirização 'irrestrita'**

A base aliada do presidente Michel Temer no Senado articula votação de uma proposta esta semana que garanta uma "terceirização irrestrita" do trabalho. Lideranças partidárias defendem ressuscitar o projeto que passou pela Câmara em abril de 2015, ainda sob a gestão do ex-presidente cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que permite a terceirização irrestrita.

Pelo texto aprovado há quase dois anos pela Câmara, é permitido que empresas terceirizem não só atividades-meio (como funções de apoio ao negócio central de uma determinada empresa, como serviços de limpeza e vigilância), mas também atividades-fim (todos os contratados de uma fábrica de calçados, por exemplo). A proposta conta com a simpatia de associações sindicais, mas a ojeriza das centrais sindicais, e atinge 13 milhões de trabalhadores.



Essa matéria foi motivo de briga entre Eduardo Cunha e o ex-presidente do Senado Renan Calheiros (PMDB-AL). Renan não se curvou à pressão do ex-colega da Câmara e “desacelerou” a tramitação da proposta, mandando-a passar inicialmente por quatro comissões temáticas.

Posteriormente, o texto foi remetido para a comissão especial da Agenda Brasil para que fosse apreciado exclusivamente pelo colegiado. Com o fim dessa comissão especial, o texto seguiu para o plenário.

O atual relator do projeto é o senador Paulo Paim (PT-RS), crítico ao teor da proposta que passou pela Câmara. O texto de Paim barra a terceirização de atividade-fim e ainda prevê a criação de parâmetros para regulamentar a terceirização da atividade-meio.

A intenção dos líderes do governo no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), e no Congresso, senador Romero Jucá (PMDB-RR), é restabelecer o teor da proposta da Câmara. O tucano pretende levar essa discussão à reunião de líderes da Casa hoje. A votação da proposta conta com a simpatia do presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Sem modificações. Jucá antecipou ao Estado que, se a matéria for mesmo à votação em plenário esta semana, vai apresentar um destaque para derrubar as modificações feitas por Paim e votar apenas o que já passou pela Câmara. Se a proposta passar pelo plenário do Senado, seguirá imediatamente para a sanção do presidente Michel Temer.

“Vamos votar o projeto da Câmara. Se tiver outras modificações a fazer, discutimos isso em outra proposta”, disse Jucá. Aloysio Nunes ponderou que, se o texto for modificado pelo Senado, voltará a ser apreciado pelos deputados. O

tucano destacou que os deputados estão empenhados, no momento, em discutir a reforma da Previdência. Isso poderá atrasar a conclusão da apreciação da matéria.

*Fonte: Agência Estado*

## Meirelles diz que saque do FGTS não afetará construção civil

O financiamento da habitação e o setor construção civil não serão afetados pelo saque dos recursos das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), afirmou nesta terça-feira (14) o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Segundo Meirelles, o governo fez cálculos “rigorosos” para evitar um possível impacto.

“ Fizemos cálculos atuariais bastante rigorosos e concluímos que há recursos suficientes para assegurar recursos, em nível adequado, para financiamento da habitação no país. Não terá nenhum problema nessa área”, disse o ministro a jornalistas, após o anúncio do calendário de saques. O cronograma será de acordo com o aniversário dos beneficiários e começa em 10 de março.

O ministro interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira, destacou que um dos motivos pelos quais a autorização de saque restringe-se às contas inativadas até 31 de dezembro de 2015 é manter o equilíbrio na utilização dos recursos do FGTS.

Segundo Oliveira, o governo não considera estender a autorização às contas que ficaram



inativas após a data. "Temos tido bastante cuidado com a sustentabilidade do sistema do FGTS. Essas coisas foram calculadas e simuladas. Qualquer medida adicional dependerá de passar por esse tipo de avaliação", disse.

No início deste mês, o governo anunciou a ampliação do Programa Minha Casa, Minha Vida. O orçamento do programa subiu de R\$ 64,4 bilhões para R\$ 72,9 bilhões, um incremento de R\$ 8,5 bilhões. O limite de renda para participar do programa também foi aumentado de R\$ 6,5 mil para R\$ 9 mil por família. Na ocasião, o presidente Michel Temer afirmou que as mudanças representam uma combinação de programa social e estímulo ao setor da construção civil.

*Fonte: Agência Brasil*

## **Empresa que não pune empregado por não usar EPI também é culpada em caso de acidente**

Os magistrados da 9ª Turma do TRT da 2ª Região entenderam que há culpa concorrente da empresa que não repreende empregado por não usar equipamento de proteção individual (EPI). Essa foi uma das decisões do acórdão de relatoria do desembargador Mauro Vignotto no julgamento de recurso impetrado por um ajudante geral contra empresa da área de plásticos na qual trabalhava. Ele teve perda total da visão de um olho quando quebrava caixas plásticas com um martelo sem utilizar óculos de proteção.

Os desembargadores levaram em conta dispositivo da Constituição Federal referente à teoria da responsabilidade subjetiva (inciso XXVIII do art. 7º), que afirma: "... Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa". Os magistrados verificaram a coexistência de três elementos fundamentais para a obrigação dessa indenização: a constatação do dano, o nexo de causalidade com o trabalho e sua decorrência por dolo ou culpa do empregador. Também analisaram provas, como o depoimento de uma testemunha patronal responsável pela fiscalização do uso de EPIs, que contou ter chamado a atenção do funcionário várias vezes pelo não uso dos óculos, porém disse que ele nunca havia sido advertido por escrito.

"Assim, caracterizado o nexo de causalidade entre o acidente e as atividades desenvolvidas pelo trabalhador, bem como a culpabilidade da empresa, que não proporcionou um ambiente de trabalho seguro e nem agiu no sentido de exigir o cumprimento das normas de segurança, é assegurado ao empregado o direito de ser reparado (art. 186 e 927 do Código Civil)", afirmou o relator no acórdão. No entanto, em razão do reconhecimento de culpa também por parte do funcionário, foi decidida a distribuição proporcional dos prejuízos, nos termos do art. 945, também do Código Civil. Processo: 0002687-79.2012.5.02.0314 / Acórdão 20160684921

*Fonte: TRT2*



## Membro da CIPA só pode cobrar reintegração no período de estabilidade

Mesmo que o integrante da Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) seja demitido irregularmente, só tem direito a reintegração ao trabalho quando a ação é ajuizada durante o período de estabilidade, pois do contrário pratica renúncia tácita. Esse foi o entendimento da juíza Valéria Franco da Rocha, da 13ª Vara do Trabalho de Curitiba, ao rejeitar pedido de um empregado que moveu reclamação trabalhista um mês após o fim do mandato na Cipa.

O autor foi dispensado em abril de 2014, mas a composição do grupo deveria durar até setembro do mesmo ano. A juíza reconheceu que a demissão foi irregular, já que a lei assegura a garantia ao emprego nesse tipo de caso, porém considerou impossível a reintegração ou qualquer indenização, porque o trabalhador ingressou com o processo em outubro.

“Tal ato equivale à renúncia tácita à estabilidade da qual é detentora (...). Isso porque a estabilidade é garantida ao empregado cipeiro não constituindo vantagem pessoal, mas sim efetiva garantia para as atividades dos membros da Cipa”, diz a decisão.

A sentença cita precedentes do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) que seguem a mesma tese. Um dos acórdãos diz que “a omissão voluntária, com o intuito de auferir posteriormente ganho indevido, constitui-se abuso de direito”.

*Fonte: Consultor Jurídico*

## Aposentados no “Buraco Negro” – STF garante revisão pelo teto

Em sede de repercussão geral (RE 937595), STF (Supremo Tribunal Federal) reconhece que os aposentados entre 05 de outubro de 1988 e 05 de abril de 1991, período conhecido por “Buraco Negro”, podem ter seus benefícios revistos e majorados, e esta decisão é válida para todos que se enquadrarem nesta situação e buscarem este direito na Justiça.

A tese de repercussão geral fixada foi a seguinte: “os benefícios concedidos entre 05.10.1988 e 05.04.1991 (período do buraco negro) não estão, em tese, excluídos da possibilidade de readequação segundo os tetos instituídos pelas ECs 20/1998 e 41/2003, a ser aferida caso a caso, conforme os parâmetros definidos no julgamento do RE 564354, em regime de repercussão geral”.

O direito foi reconhecido porque o INSS calcula o valor da aposentadoria com base na média dos salários de contribuição dos segurados.

*Fonte: Jusbrasil*

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**Luis Carneiro Rocha**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**